



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Serro Azul - Sicredi União RS**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS
Cerro Largo / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



EY

Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparéncia na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: Promoção "Juntos pela Economia Local" que contempla 1,3 milhão em prêmios para associados e não associados com a finalidade de fomentar a economia regional; Programa "A União Faz a Vida" em 26 municípios, abrangendo 81 escolas, 10.300 alunos e 1.100 educadores; Realização de oficinas de educação financeira 100% digitais com escolas, empresas e turmas de associados; Lançamento da ferramenta de marketplace "Conecta" incentivando o e-commerce entre os associados; Realização de parceria/convênio com SEBRAE para trabalhar formação e desenvolvimento do meio empresarial.

Nesse período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Cobertura de 100% da área de atuação da Cooperativa no Estado do RS com a presença de agências físicas, com destaque para inauguração das agências nos municípios de Garruchos e Pirapó; Aprovação em Assembleia Geral Extraordinária da expansão da Cooperativa para atuar em 22 municípios da região sul do Estado do Espírito Santo a partir do ano de 2021; Disponibilização de uma agência móvel, visando maior proximidade junto às comunidades.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A Cooperativa dedicou todos os esforços neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos: Destinação da integralidade dos recursos Fundo Social de 2020 para 35 entidades de saúde pública da região de atuação da cooperativa; Apoio financeiro ao Hospital Vida e Saúde na ampliação de leitos de UTI para a comunidade regional; Aquisição e doação de testes rápidos para entidades hospitalares; ampliação do horário de atendimento presencial nas agências das 9hs às 16hs; Atendimentos por agendamento prévio, especialmente para os grupos de risco; Implantação da Central de Relacionamento para atendimento dos associados via Whatsapp Corporativo; Protocolos sanitários e atendimento da legislação relacionados ao enfrentamento da pandemia do Covid-19. Medidas de apoio financeiro aos associados, dentre elas destacamos: Prorrogação de até 60 dias nas diversas linhas de crédito; Linha de crédito para renegociação de operações inadimplentes com até seis meses de carência para o primeiro pagamento; Redução de até 30% nas taxas de juros para novas contratações nas linhas de crédito fácil e giro fácil; Manutenção de todo portfólio de produtos e linhas de crédito disponível aos associados e comunidade, inclusive com revisões de precificação visando competitividade e preços justos ao panorama atual e revisão e ampliação de várias linhas de crédito para estímulo à economia e negócios regionais;

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		3.390.033	2.381.790	PASSIVO		2.875.976	1.922.883
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	11.833	24.352	DEPÓSITOS	(Nota 12)	1.943.342	1.252.257
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.346.040	2.341.380	Depósitos à vista		487.628	250.711
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	133.244	192.714	Depósitos interfinanceiros		220.691	87.596
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	702.195	260.467	Depósitos a prazo		1.235.023	913.950
Centralização financeira	(Nota 04)	461.332	286.929	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		829.645	583.982
Relações interfinanceiras ativas		12.438	3.798	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	811.759	571.315
Operações de crédito	(Nota 07)	1.962.700	1.535.325	Obrigações por repasses	(Nota 14)	4.661	-
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	74.131	62.147	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	13.225	12.667
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDIT	(Nota 07)	(76.944)	(76.175)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTA:	(Nota 16)	1.507	1.072
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	8.696	7.590	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	101.482	85.572
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	50.780	41.206	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	514.057	458.907
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	28.253	26.736	CAPITAL SOCIAL		186.087	176.709
INTANGÍVEL	(Nota 11)	21.375	16.701	RESERVAS DE SOBRAS		300.534	253.624
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		27.436	28.574
TOTAL DO ATIVO		3.390.033	2.381.790	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.390.033	2.381.790

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	120.481	247.091	250.884
Operações de crédito	(Nota 07)	111.694	228.317
Resultado títulos e valores mobiliários		8.687	18.618
Resultado das aplicações compulsórias		100	156
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(34.891)	(91.713)	(98.978)
Operações de captação no mercado		(14.664)	(34.731)
Operações de empréstimos e repasses		(15.650)	(30.147)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(4.577)	(26.835)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	85.590	155.378	151.906
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(34.494)	(64.848)	(46.237)
Ingressos e receitas de prestação de serviços		39.435	75.243
Rendas de tarifas bancárias		8.889	19.088
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 22)	(37.735)	(75.218)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 23)	(30.693)	(60.589)
Dispêndios e despesas tributárias		(792)	(1.996)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 24)	13.432	28.716
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 25)	(27.030)	(50.092)
RESULTADO OPERACIONAL	51.096	90.530	105.669
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.773	7.167	474
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	52.869	97.697	106.143
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(539)	(5.106)	(4.507)
Provisão para Imposto de Renda		(270)	(3.104)
Provisão para Contribuição Social		(269)	(2.002)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(4.065)	(9.785)	(10.469)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	48.265	82.806	91.167

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS

CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	164.680	204.839	24.284	393.803
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	10.106	-	(20.133)	(10.027)
Destinação para Fundo Social	-	-	(1.518)	(1.518)
Outras destinações	-	-	(2.633)	(2.633)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.538	-	-	2.538
Baixas de capital	(10.565)	-	-	(10.565)
Resultado do período	-	-	91.167	91.167
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.572)	(3.572)
Juros sobre o capital próprio	9.950	-	(10.236)	(286)
Reserva legal - Estatutária	-	39.289	(39.289)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	9.496	(9.496)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	176.709	253.624	28.574	458.907
Mutações do Período	12.029	48.785	4.290	65.104
Saldos no início do período em 01/01/2020	176.709	253.624	28.574	458.907
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	11.341	-	(22.567)	(11.226)
Destinação para Fundo Social	-	-	(1.786)	(1.786)
Destinação para FATES	-	-	(4.221)	(4.221)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.990	-	-	1.990
Baixas de capital	(8.873)	-	-	(8.873)
Resultado do período	-	-	82.806	82.806
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.429)	(3.429)
Juros sobre o capital próprio	4.920	-	(5.031)	(111)
Reserva legal - Estatutária	-	37.725	(37.725)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	9.185	(9.185)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	186.087	300.534	27.436	514.057
Mutações do Período	9.378	46.910	(1.138)	55.150
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	184.981	253.624	34.541	473.146
Capital de associados				
Aumento de capital	1.168	-	-	1.168
Baixas de capital	(4.982)	-	-	(4.982)
Resultado do período	-	-	48.265	48.265
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.429)	(3.429)
Juros sobre o capital próprio	4.920	-	(5.031)	(111)
Reserva legal - Estatutária	-	37.725	(37.725)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	9.185	(9.185)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	186.087	300.534	27.436	514.057
Mutações do Período	1.106	46.910	(7.105)	40.911

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	46.644	92.168	101.178
Resultado do semestre/exercício	48.265	82.806	91.167
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(1.621)	9.362	10.011
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5.275)	769	4.373
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(1.887)	(2.377)	612
Depreciação e amortização	5.495	10.126	9.064
Baixas do ativo permanente	3.146	3.838	130
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	329	435	(596)
Destinações ao FATES	(3.429)	(3.429)	(3.572)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(29.418)	123.672	(170.083)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	62.120	59.470	(62.407)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(102.148)	(441.728)	(106.004)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.498	(8.640)	(2.225)
(Aumento) em operações de crédito	(449.690)	(427.375)	(298.455)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	292.046	240.444	118.177
(Aumento) em outros ativos financeiros	(16.243)	(11.984)	(8.489)
(Aumento) Redução em outros ativos	4.465	1.271	(2.604)
Aumento em depósitos	155.090	691.085	181.075
Aumento em passivos financeiros	2.035	558	1.235
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	1.375	4.661	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.075)	(3.386)	(5.401)
Aumento em outros passivos	20.109	19.296	15.015
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	17.226	215.840	(68.905)
Aquisição de investimentos	(5.609)	(9.574)	(3.965)
Aquisição de imobilizado de uso	(6.814)	(9.568)	(6.007)
Aplicações no intangível	(9.358)	(10.587)	(2.071)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(21.781)	(29.729)	(12.043)
Integralização de capital	1.168	1.990	2.538
Baixa de capital	(4.982)	(8.873)	(10.565)
Juros ao capital próprio	(111)	(111)	(286)
Distribuição de Sobras	-	(17.233)	(14.179)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(3.925)	(24.227)	(22.492)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(8.480)	161.884	(103.440)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	481.645	311.281	414.721
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	473.165	473.165	311.281

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	48.265	82.806	91.167
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	48.265	82.806	91.167

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 25/10/1913 e sede situada na Rua Sete de Setembro, 899, SI União, na cidade de Cerro Largo - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 46 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 09 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, , os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota explicativa nº 7;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa nº 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	11.833	24.352
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	461.332	286.929
Total	473.165	311.281

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
DI entre Cooperativas	62.794	-	-	62.794	81.733	
DI entre Banco e Cooperativa	-	459	69.991	70.450	110.981	
Total	62.794	459	69.991	133.244	192.714	
Total circulante				63.253	57.523	
Total não circulante				69.991	135.191	

As aplicações de DI entre Cooperativas são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez, com taxa de remuneração de até 105% do CDI.

As aplicações de DI entre Banco Sicredi e Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Cotas de fundos de renda fixa	110.346		-	110.346	260.467	
Cotas de fundos multimercado	591.849		-	591.849	-	
Total	702.195		-	702.195	260.467	
Total circulante				702.195	260.467	

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			Total da carteira	31/12/2019 Total da carteira		
		A vencer						
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses				
Empréstimos e títulos descontados	6.268	94.721	261.832	623.873	986.694	771.227		
Financiamentos	574	21.317	64.880	149.831	236.602	203.778		
Financiamentos rurais e agroindustriais	663	96.126	507.094	135.521	739.404	560.320		
Total das operações de crédito	7.505	212.164	833.806	909.225	1.962.700	1.535.325		
Avalis e fianças honrados	554	13	31	87	685	637		
Devedores por compra de valores e bens	44	272	1.170	5.103	6.589	5.902		
Títulos e créditos a receber	-	42.931	14.367	45	57.343	47.730		
Total de outros créditos	598	43.216	15.568	5.235	64.617	54.269		
Carteira total	8.103	255.380	849.374	914.460	2.027.317	1.589.594		
Total circulante					1.112.857	986.551		
Total não circulante					914.460	603.043		

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	% Mínimo	% Adicional	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		
			2020	2019	Mínimo 2020	Adicional 2020	2019
Nível AA	-	-	84.134	76	-	-	-
Nível A	0,50	0,45	995.514	715.454	4.963	4.467	3.577
Nível B	1,00	0,55	703.904	470.614	7.031	3.867	4.706
Nível C	3,00	1,00	144.915	288.980	4.325	1.442	8.669
Nível D	10,00	2,50	40.440	38.135	4.037	1.009	3.814
Nível E	30,00	8,00	12.433	17.384	3.721	992	5.215
Nível F	50,00	8,00	7.561	12.030	3.775	604	6.015
Nível G	70,00	8,00	7.703	9.139	5.392	616	6.397
Nível H	100,00	-	30.713	37.782	30.703	-	37.782
Total			2.027.317	1.589.594	63.947	12.997	76.175

Respeitando o princípio da prudência, a Cooperativa adotou a partir de 2020 percentuais de provisão superiores àqueles definidos na Resolução 2.682/99 do CMN, levando em consideração, além dos critérios legais, a conjuntura econômica, a experiência de atuação na região e o conhecimento que possui acerca de sua base de associados.

Frente ao cenário de incertezas da economia em função da pandemia do Novo Coronavírus – COVID 19, o Conselho de Administração da Cooperativa decidiu em ampliar os níveis de provisão de perdas com créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista possíveis impactos nos períodos posteriores aos de prorrogações de operações de crédito amparadas pelas resoluções emitidas pelo Bacen.

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 450.544 (dezembro de 2019 - R\$ 403.731) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 8.229 (dezembro de 2019 - R\$ 6.800) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			Total da Carteira	31/12/2019 Total da Carteira		
		A vencer						
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses				
Pessoas físicas	6.211	105.685	192.267	484.513	788.676	677.506		
Rural	663	96.127	507.094	135.521	739.405	560.320		
Industrial	20	3.795	8.569	25.370	37.754	30.006		
Comércio	613	23.471	59.630	123.689	207.403	148.848		
Outros serviços	596	26.302	81.814	145.367	254.079	172.914		
Total	8.103	255.380	849.374	914.460	2.027.317	1.589.594		
Total circulante					1.112.857	986.551		
Total não circulante					914.460	603.043		

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	77.267	3,81	68.609	4,32
50 devedores seguintes	163.644	8,07	138.425	8,71
100 devedores seguintes	168.281	8,30	141.120	8,88
Demais	1.618.125	79,82	1.241.440	78,10
Total	2.027.317	100,00	1.589.594	100,01

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	76.175	71.802
Constituição de provisão	81.151	70.223
Reversão de provisão	(54.316)	(45.807)
Movimentação de baixados para prejuízo	(26.066)	(20.043)
Saldo final	76.944	76.175

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	69.634	147.462	164.296
Financiamentos	13.221	27.886	27.687
Financiamentos rurais e agroindustriais	19.290	37.450	29.344
Outros	74	119	219
Subtotal	102.219	212.917	221.546
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	9.475	15.400	15.480
Total	111.694	228.317	237.026

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 132.622 (2019 - R\$ 120.609).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	57.343	47.730
Rendas a receber	6.267	4.924
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	6.589	5.902
Avalis e fianças honrados (Nota 07)	685	637
Operações com cartões	644	630
Devedores por depósitos em garantia	2.603	2.324
Total	74.131	62.147
Total circulante	66.293	55.902
Total não circulante	7.838	6.245

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	1.111	2.101
Adiantamentos e antecipações salariais	460	193
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	116	123
Adiantamentos para Confederação Sicredi	1.757	2.037
Impostos e contribuições a compensar	144	85
Cotas de consórcio	2.749	2.126
Pendências a regularizar	2.109	798
Outros	250	127
Total circulante	8.696	7.590

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	930	4.275
Imóveis	930	4.019
Veículos e afins	-	256
Material em estoque	105	64
Despesas antecipadas	90	153
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(14)	(2.391)
Total circulante	1.111	2.101

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(2.391)	(1.779)
Constituição de provisão	(332)	(1.908)
Reversão de provisão	2.709	1.296
Saldo final	(14)	(2.391)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	24.367	21.878
Sicredi Participações S.A.	26.410	19.325
Outras participações e investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Total	50.780	41.206

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	8.573.243 ON	7.227.074 ON	3	3	24.367.164	21.877.886
	17.836.924 PN	15.032.403 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	2,24%	2,11%	1,86%	1,86%	6,00%	5,61%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	406.094	389.851
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	416.563	400.409
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	5
Valor do investimento	26.410	19.325	3	3	24.367	21.878

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	
Imobilizado de uso	-	56.215	(27.962)	28.253	26.736
Imobilizações em curso	-	1.378	-	1.378	1.927
Terrenos	-	335	-	335	335
Edificações	4%	10.446	(3.034)	7.412	7.419
Instalações	10%	10.815	(4.649)	6.166	5.099
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.223	(2.465)	758	1.068
Móveis e equipamentos	10%	13.052	(7.117)	5.935	5.079
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	3.142	(1.392)	1.750	1.575
Equipamentos de processamento de dados	20%	12.985	(9.033)	3.952	3.322
Veículos	20%	839	(272)	567	912
 Intangível		49.720	(28.345)	21.375	16.701
Investimentos Confederação		33.849	(22.463)	11.386	12.717
Outros ativos intangíveis		15.871	(5.882)	9.989	3.984

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos à vista	487.628	-	-	487.628	250.711
Depósitos interfinanceiros	23.635	108.488	88.568	220.691	87.596
Depósitos a prazo	22.449	55.795	1.156.779	1.235.023	913.950
Total	533.712	164.283	1.245.347	1.943.342	1.252.257
 Total circulante				697.995	401.925
Total não circulante				1.245.347	850.332

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	811.757	571.314
Recebimentos e pagamentos a liquidar	2	1
Total	811.759	571.315

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	108.840	512.901	190.016	811.757	571.314
Total - Recursos do Crédito Rural	108.840	512.901	190.016	811.757	571.314
 Total circulante				621.741	468.505
Total não circulante				190.016	102.809

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSE

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
BNDES	329	1.339	2.993	4.661	-
Total	329	1.339	2.993	4.661	-
 Total circulante				1.668	-
Total não circulante				2.993	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	8.229	6.800
Recursos em trânsito de terceiros	4.996	5.867
Total circulante	13.225	12.667

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	1.075	823
Cível	Provável	432	249
Total não circulante		1.507	1.072

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	823	355	(103)	1.075
Cível	249	273	(90)	432
Total	1.072	628	(193)	1.507

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 4.194; R\$ 1.476; R\$ 945 (dezembro de 2019 - R\$ 348; R\$ 70 e R\$ 744), respectivamente.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	55.261	45.426
Provisão para pagamentos a efetuar	6.784	7.139
Cotas de capital a pagar	7.368	6.122
Provisão para participações nos lucros	9.655	10.562
Fundo de assistência técnica, educacional e social	8.416	3.572
Demais fundos constituídos	-	18
Impostos e contribuições a recolher	5.688	5.257
Credores diversos	7.480	6.740
Cobrança e arrecadação de tributos	3	621
Pendências a regularizar	827	115
Total Circulante	101.482	85.572

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	186.087	176.709
Total de associados	150.699	144.174

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 9.378 (2019 – R\$ 12.029), sendo R\$ 16.261 (2019 – R\$ 20.056) via integralização de resultados e R\$ 1.990 (2019 – R\$ 2.538), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 8.873 (2019 – R\$ 10.565).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,78% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.031, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 55% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 3.664 (R\$ 79 em dezembro de 2019), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	97.697	106.143
Participação nas sobras	(9.785)	(10.469)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	87.912	95.674
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(35.165)	(38.270)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	27.698	29.555
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	2.012	4.094
Demais adições e exclusões previstas na legislação	349	114
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.106)	(4.507)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	133.244	192.714
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	702.195	260.467
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	461.332	286.929
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	5.400	4.044
Outros ativos (Nota 09)	1.757	2.094
Investimentos (Nota 10)	50.780	41.206
Intangível (Nota 11)	11.386	12.717
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	220.691	87.596
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	811.757	571.314
Outros passivos (Nota 17)	53.269	45.438
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	18.618	13.802
Ingressos e receitas de prestação de serviços	33.518	27.080
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	11.422	27.073
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 19)	3.664	79
Despesas		
Operações de captação no mercado	6.284	2.990
Operações de empréstimos e repasses	30.147	24.997
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	1.693	5.292
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	19.216	19.632

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	640	0,13%	219
Depósitos a prazo	3.182	0,26%	3.731
	3.481	0,18%	2.473

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.885	3.499

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	21.130	43.453	40.762
Benefícios	7.647	15.143	14.538
Encargos sociais	8.937	16.583	16.421
Treinamentos	21	39	24
Total	37.735	75.218	71.745

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	720	1.712	1.637
Aluguéis	2.542	5.023	4.797
Comunicação	1.220	2.421	2.887
Manutenção e conservação	2.313	4.359	4.057
Material de expediente	487	997	967
Processamento dados	861	1.696	1.323
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	3.757	6.066	5.448
Serviços do sistema financeiro	3.466	6.785	5.936
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	2.449	4.563	4.549
Serviços de vigilância e segurança	1.807	3.503	3.339
Serviços de transportes	1.646	3.417	3.459
Depreciação	2.178	4.212	4.154
Amortização (Rateio Confederação)	2.328	4.118	3.316
Amortização - outros ativos intangíveis	989	1.796	1.594
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.075	3.386	5.421
Emolumentos e taxas diversas	545	930	1.195
Outras despesas administrativas	2.310	5.605	3.621
Total	30.693	60.589	57.700

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES e demais fundos constituídos	1.079	5.190	5.401
Recuperação de encargos e despesas	1.077	1.678	1.690
Ingressos depósitos intercooperativos	4.372	10.314	26.080
Reversão de provisões operacionais	3.222	5.588	5.487
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	2.208	3.760	4.154
Reversão de provisões para passivos contingentes	30	193	959
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	198	198	-
Outras rendas operacionais	1.246	1.795	452
Total	13.432	28.716	44.223

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	7.388	11.549	7.390
Contribuições Cooperativistas	71	143	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	388	938	1.236
Contribuição Confederação Sicredi	9.042	17.370	17.479
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	918	1.663	1.670
Encargos da administração financeira	1	7	141
Repasse Administradora de Cartões	-	207	634
Provisões para garantias financeiras prestadas	2.053	5.188	4.385
Provisões para passivos contingentes	359	628	363
Outras provisões operacionais	2.528	4.830	4.690
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	2.293	4.423	2.970
Risco operacional	963	1.276	1.321
Juros e comissões	252	531	527
Outras despesas operacionais	774	1.339	1.790
Total	27.030	50.092	44.727

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	48.265	82.806	91.167
Eventos não recorrentes	-	(3.664)	79
Resultado recorrente	48.265	79.142	91.088

NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	450.438	403.602
Coobrigações em cessões de crédito	106	129
Total	450.544	403.731

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)		
Nível I (NI)	492.682	442.206
Capital principal - CP	492.682	442.206
Capital social	186.087	176.709
Reservas de capital	300.534	253.624
Lucros acumulados	27.436	28.574
Ajustes Prudenciais	(21.375)	(16.701)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.337.744	1.952.201
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.032	5.528
Margem de Capital	274.409	231.696
Índice de Basileia (PR / RWA)	21,08%	22,65%
Situação de Imobilização (Imob)	28.256	26.739
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,74%	6,05%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Giovani John
Diretor Executivo
CPF: 666.099.760-15

Fernando Reichert Haas
Diretor de Operações
CPF: 962.677.800-82

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20